

2a

Série

Geografia

**MATERIAL
DIGITAL**

O trabalho no Brasil

Conteúdos

- O mercado de trabalho no Brasil e as desigualdades sociais;
- Principais direitos dos trabalhadores no Brasil;
- Reformas trabalhistas e flexibilizações legais.

Objetivos

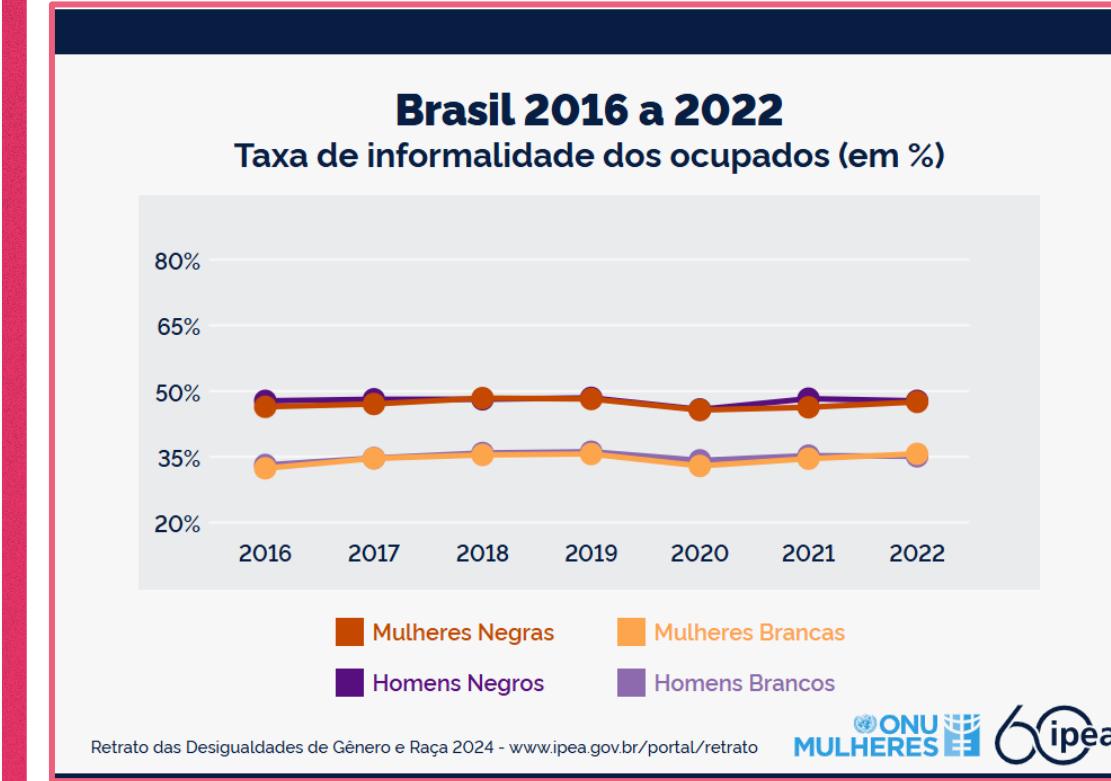
- Compreender a importância das leis trabalhistas para a garantia de direitos dos trabalhadores;
- Identificar os principais pontos de flexibilização das leis trabalhistas;
- Debater os efeitos dessas flexibilizações a partir de um estudo de caso.

Para começar

Nos últimos anos, o trabalho informal no Brasil tem se mantido elevado, principalmente, entre grupos vulneráveis. Essa condição limita o acesso a direitos e amplia desigualdades sociais e regionais. Superar a informalidade é um desafio central para o desenvolvimento econômico e social do país.

- Na sua opinião, quais são as principais barreiras para a formalização do trabalho no Brasil e de que forma as políticas públicas podem enfrentá-las?
- Quais são as consequências a longo prazo de uma alta taxa de informalidade tanto para os trabalhadores quanto para o desenvolvimento do país?

3 minutos



<https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/mercado-de-trabalho/desemprego-informalidade-subutilizacao-e-inatividade/apresentacao>

Foco no conteúdo



© Getty Images

O que é trabalho na sociedade contemporânea?

- Atividade que envolve produção de bens ou prestação de serviços, com ou sem remuneração.
- Meio de obtenção de renda, sustento e inclusão social.
- Espaço de construção de identidade, troca de saberes e relações interpessoais.
- Elemento fundamental para o desenvolvimento econômico e a organização da vida em sociedade.



País tem taxa de informalidade de 38,1% no tri até fevereiro, aponta IBGE

Em um trimestre, 1,172 milhão de pessoas deixaram de atuar como trabalhadores informais

Daniela Amorim, do Estadão Conteúdo

28/03/25 às 15:47 | Atualizado 28/03/25 às 15:51

Desafios do trabalho no Brasil

1

Alta informalidade.

2

Desigualdades de raça, gênero e região no acesso a oportunidades e direitos.

3

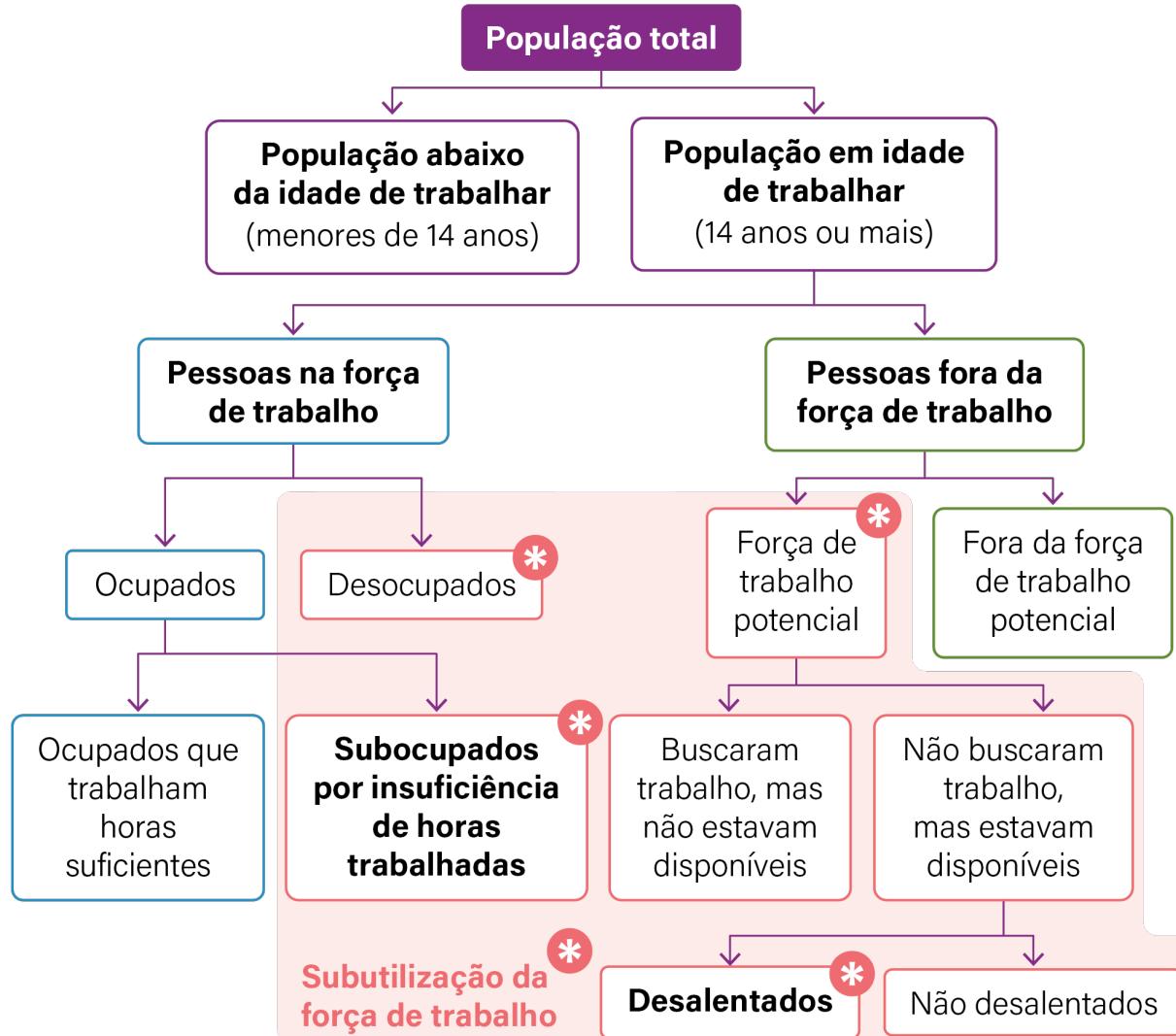
Baixa qualificação profissional e dificuldade de adaptação às novas tecnologias.

4

Desemprego elevado e instabilidade nas relações de trabalho.



As divisões do mercado de trabalho



Desocupados

Chamamos de desocupadas (popularmente conhecidas como desempregadas) as pessoas que não estão trabalhando, porém tomaram alguma providência efetiva para encontrar trabalho e estão disponíveis para assumi-lo, caso encontrem.

Força de trabalho potencial

Pessoas que não estão na força de trabalho, mas possuem um potencial para serem integradas a esta força, formam a força de trabalho potencial.

O trabalhismo e a criação da CLT

- O governo de Getúlio Vargas (1930 - 1945) institucionalizou os direitos dos trabalhadores.
- Criou o Ministério do Trabalho e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943.
- A CLT garantiu direitos como jornada limitada, salário mínimo, férias, licença maternidade, carteira assinada e previdência.
- O vínculo formal passou a ser regulamentado e fiscalizado pelo Estado.





2 minutos



Pause e responda

Um exemplo de proteção social garantida pela CLT foi:

Participação nos lucros

Licença maternidade

Bolsa alimentação

Vale transporte gratuito



Pause e responda

Um exemplo de proteção social garantida pela CLT foi:

✗ **Participação nos lucros**

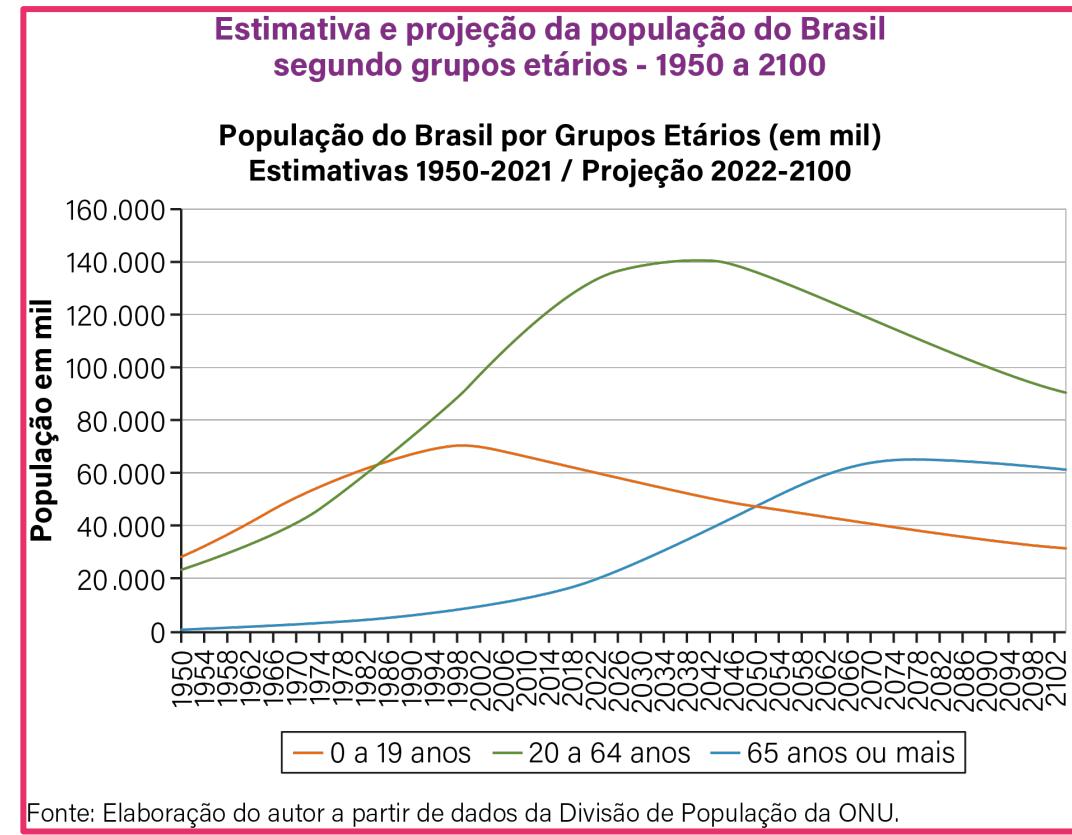
Licença maternidade ✓

✗ **Bolsa alimentação**

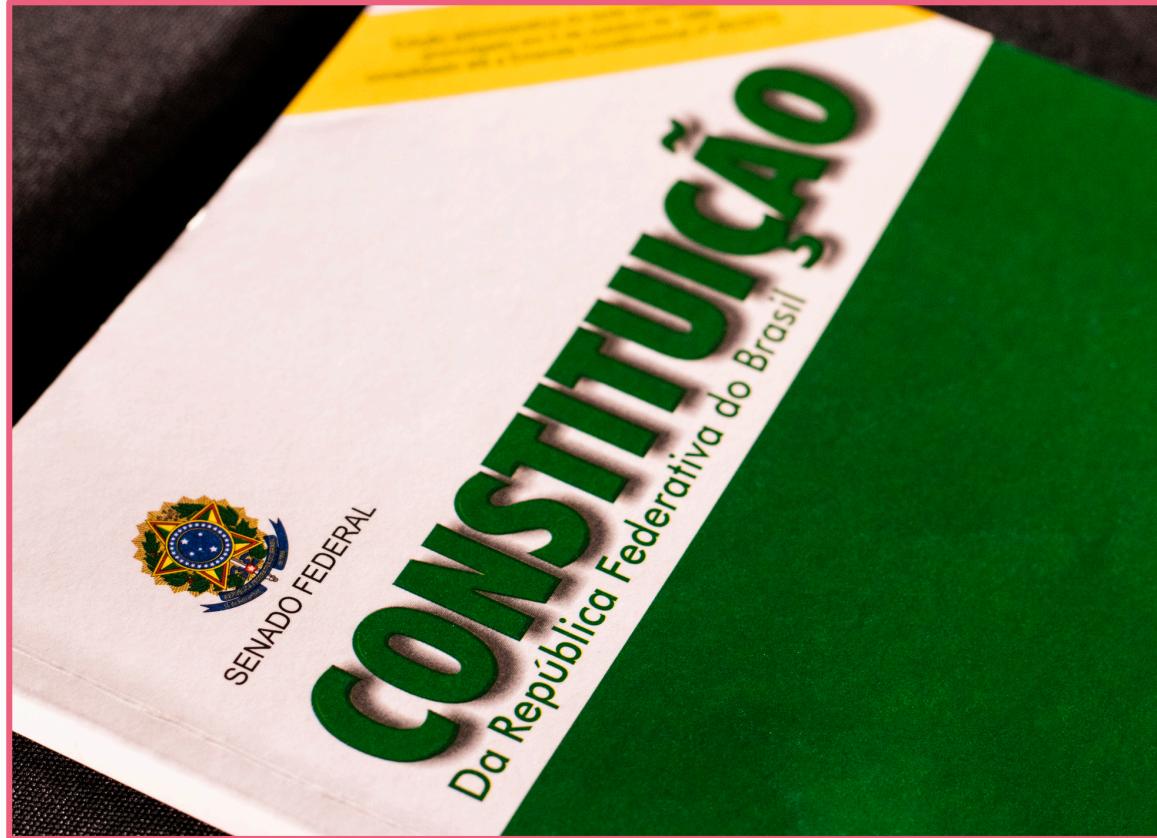
Vale transporte gratuito ✗

Previdência social pública e seus desafios

- O sistema previdenciário funciona no modelo de repartição: os trabalhadores ativos financiam os inativos (aposentados).
- Aumentos na expectativa de vida e redução da população jovem desequilibram o sistema.
- Parte da arrecadação é desviada para outros fins por meio da Desvinculação de Receitas da União (DRU).
- A última reforma, em 2019, aumentou idade mínima e tempo de contribuição.



COSTANZI, 2023. Produzido pela SEDUC-SP.



Constituição de 1988 e seguridade social

- A Constituição de 1988 instituiu a seguridade social - saúde, assistência e previdência - como dever do Estado.
- Reforçou os direitos sociais e dificultou a sua retirada por reformas.
- Ampliou garantias como jornada de 44 horas semanais, licença paternidade, direito à greve e liberdade sindical.



8 minutos

A importância da legislação trabalhista para a garantia de proteção dos trabalhadores brasileiros

A legislação trabalhista mudou o modelo de trabalho no Brasil, mostrando-se fundamental na garantia de proteção da relação historicamente desigual entre empregadores e trabalhadores. Assim, vamos discutir a importância da legislação trabalhista neste contexto.

- a) Qual a importância da CLT no Brasil?
- b) Se a CLT não existisse, como você imagina que seria a vida de um trabalhador brasileiro hoje? Que direitos e garantias poderiam estar em risco?

Possíveis respostas

Qual a importância da CLT no Brasil?

A CLT protege os direitos dos trabalhadores, garantindo salários justos, jornada de trabalho regulamentada, férias, descanso semanal e segurança no ambiente de trabalho. Ela ajuda a equilibrar a relação desigual entre empregadores e trabalhadores, que, muitas vezes, têm menos poder para negociar condições. Contribui para a estabilidade social e econômica, evitando abusos e garantindo que o trabalho seja digno. Promove a formalização do emprego, o que assegura benefícios como aposentadoria, FGTS e acesso a serviços previdenciários. Ajuda a diminuir a informalidade e a precarização do trabalho no país.

Possíveis respostas

Se a CLT não existisse, como você imagina que seria a vida de um trabalhador brasileiro hoje? Que direitos e garantias poderiam estar em risco?

Os trabalhadores poderiam sofrer jornadas exaustivas, sem limite de horas e sem direito a descanso ou férias. Poderiam receber salários abaixo do justo, sem garantias mínimas e sem proteção contra demissões arbitrárias. Não teriam acesso a benefícios como FGTS, seguro-desemprego ou auxílio-doença. Poderiam estar mais vulneráveis a condições inseguras de trabalho, com maior risco de acidentes e sem amparo legal. A informalidade e a exploração seriam ainda maiores, dificultando o acesso a direitos básicos e à justiça trabalhista. A ausência da CLT poderia gerar mais desigualdade social e instabilidade no mercado de trabalho.



A terceirização é um caminho para o aumento de informalidade?

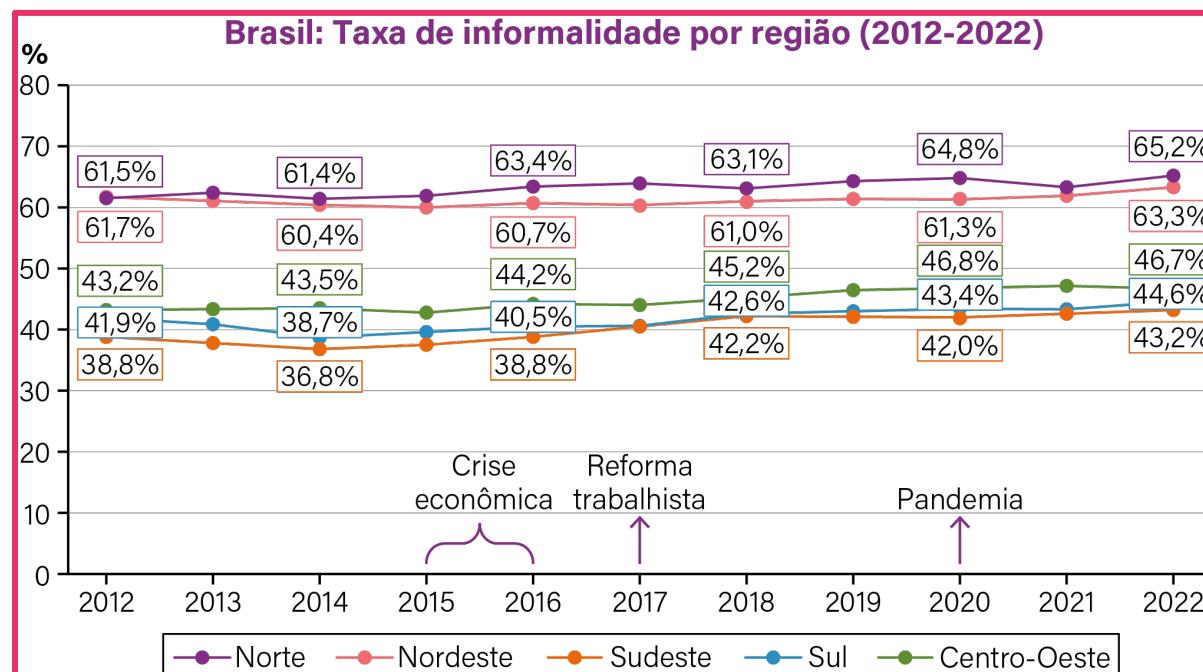
- **Terceirização** é quando uma empresa **contrata outra empresa** para realizar parte do trabalho, em vez de contratar trabalhadores diretamente.
- A terceirização foi ampliada pela Lei nº 13.429/2017, permitindo contratar empresas para qualquer atividade.

A terceirização pode aumentar a eficiência das empresas ao permitir foco em atividades-fim e redução de custos operacionais.

Por outro lado, pode resultar em maior precarização das condições de trabalho, com salários menores e direitos reduzidos para os trabalhadores terceirizados.

Qual a sua opinião sobre a terceirização do trabalho no Brasil?

- A “pejotização” pode ser uma forma de transformar trabalhador em empresa para burlar os direitos da CLT.
- A informalidade cresceu após um cenário de crise econômica e reforma trabalhista.



Fonte: Microdados: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração própria.

A “pejotização” é a prática pela qual empresas contratam trabalhadores como pessoa jurídica, evitando o reconhecimento do vínculo empregatício e os encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes de uma relação formal. Com isso, a Previdência deixa de receber contribuições, o que compromete a sustentabilidade do sistema e a concessão de benefícios como aposentadoria, auxílio-doença e proteção em caso de acidentes.

Fonte: MTE.



Responda mentalmente e, quando o professor autorizar, diga a resposta em voz alta:

Na terceirização, a responsabilidade direta pelo trabalhador é da:

Empresa contratante

Empresa contratada

Receita Federal

Justiça do Trabalho



Pause e responda

Na terceirização, a responsabilidade direta pelo trabalhador é da:



Empresa contratante



Empresa contratada



Receita Federal



Justiça do Trabalho



© Getty Images

Desemprego e desalento

- Desemprego estrutural ocorre por transformações produtivas, como avanços tecnológicos.
- O desalento ocorre quando o trabalhador desiste de procurar emprego por não acreditar que irá conseguir.
- A informalidade oculta o desemprego real, pois muitos estão em “bicos” mal remunerados e sem proteção.
- Jovens, mulheres, negros e indígenas são os mais afetados pelo desemprego.



A flexibilização da legislação trabalhista em jogo no Brasil

1. Nos últimos anos, tem ocorrido um movimento de flexibilização da legislação trabalhista, especialmente com relação à CLT.

A partir das leituras, reflexões e conhecimentos prévios, com a orientação do professor, organizem-se em grupos de até quatro estudantes para debater e responder às questões propostas. Ao final, registrem as respostas.

- a) Como a flexibilização da legislação trabalhista, promovida por reformas recentes na CLT, impactou as relações de trabalho no Brasil?
- b) De que forma a manutenção de altas taxas de trabalho informal revela desafios persistentes à aplicação da legislação trabalhista no Brasil?
- c) Liste até três iniciativas que possam melhorar simultaneamente a vida do empregador e a do empregado, explicando de forma objetiva como cada uma pode ser implementada na prática.

Possíveis respostas

- a. A flexibilização permitiu maior negociação direta entre empregadores e empregados, possibilitando novas formas de contratação, como o trabalho intermitente. Embora tenha aumentado a autonomia empresarial e reduzido custos, também intensificou inseguranças contratuais para trabalhadores e, em alguns setores, aumentou a precarização.
- b. O elevado índice de informalidade demonstra que milhões de brasileiros estão fora da proteção da CLT, sem direitos básicos como férias, 13º salário e previdência. Isso evidencia limitações na fiscalização, dificuldades de acesso ao emprego formal e grande disparidade regional, perpetuando a vulnerabilidade social.

Possíveis respostas

c. **Horários flexíveis e trabalho remoto:** permite ao empregado equilibrar vida pessoal e profissional e ao empregador reduzir custos operacionais. Pode ser implementado por meio de acordos formais sobre escalas e uso de ferramentas digitais para monitoramento e produtividade.

Programas de capacitação contínua: aumenta a empregabilidade e satisfação dos funcionários, enquanto eleva a eficiência e a inovação na empresa. Pode ser viabilizado por parcerias com plataformas de ensino on-line, treinamentos internos e apoio para participação em cursos externos.

Canais de comunicação abertos e feedback construtivo: cria um ambiente de confiança, facilita a resolução de conflitos e melhora o engajamento dos funcionários, beneficiando todo o ambiente de trabalho. Pode ser aplicado com reuniões regulares, avaliação de desempenho transparente e incentivo à participação ativa dos empregados nas decisões relevantes.



© Getty Images

Os trabalhadores e as discussões legislativas trabalhistas recentes

- Qual foi o impacto mais significativo das reformas trabalhistas recentes no Brasil?
- Como a flexibilização das leis trabalhistas pode afetar a qualidade de vida dos trabalhadores?

Referências

BRASIL. **Decreto nº 89.271, de 4 de fevereiro de 1984.** Dispõe sobre documentos e procedimento para despacho de aeronave em serviço internacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d89271.htm. Acesso em: 13 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 13 set. 2024.

COSTANZI, R. N. Desafios das Políticas Públicas de Previdência Social. Anesp, 4 ago. 2023. Disponível em: <https://anesp.org.br/todas-as-noticias/desafios-das-politicas-publicas-de-previdencia-social>. Acesso em: 26 ago. 2025.

CNA. **Entidades patronais defendem reforma trabalhista**, 9 mar. 2017. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/noticias/entidades-patronais-defendem-reforma-trabalhista>. Acesso em: 13 set. 2024.

ESOCIAL. **Tabela 01 – categorias de trabalhadores**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/documentacao-tecnica/manuais/leiautes-esocial-v-1-1-beta/tabelas.html#01>. Acesso em: 13 set. 2024.

FUNDO BRASIL. Mapeamento do Trabalho Informal no Brasil. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/wp-content/uploads/2023/01/mapeamento-trabalho-informal-corte1-1.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desemprego: as divisões do mercado de trabalho, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 26 ago. 2025.

Referências

JORNAL DA USP NO AR. **Impacto no mercado de trabalho cinco anos depois da reforma trabalhista.** Jornal da USP, 2 ago. 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/impacto-no-mercado-de-trabalho-cinco-anos-depois-da-reforma-trabalhista/>. Acesso em: 13 set. 2024.

LEMOV, Doug. **Aula nota 10 3.0:** 63 técnicas para melhorar a gestão da sala de aula / Doug Lemov; tradução: Daniel Vieira, Sandra Maria Mallmann da Rosa; revisão técnica: Fausta Camargo, Thuinie Daros. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2023.

MERELES, C. **CLT: entenda mais sobre as leis trabalhistas.** Politize!, 16 mar. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/clt/>. Acesso em: 13 set. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Curriculo Paulista:** etapa Ensino Médio, 2020. Disponível em: <https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2020/08/CURR%C3%8DCULO%20PAULISTA%20etapa%20Ensino%20M%C3%A9dio.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2024.

ROSENSHINE, B. Principles of instruction: research-based strategies that all teachers should know. **American Educator**, v. 36, n. 1, p. 12-19, 2012. Disponível em: www.aft.org. Acesso em: 12 ago. 2024.

Identidade visual: imagens © Getty Images

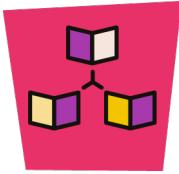
Para professores



Habilidade: (EM13CHS403) Caracterizar e analisar os impactos das transformações tecnológicas nas relações sociais e de trabalho próprias da contemporaneidade, promovendo ações voltadas à superação das desigualdades sociais, da opressão e da violação dos direitos humanos.



Tempo: 3 minutos.



Dinâmica de condução: inicie a atividade contextualizando o tema com dados sobre a informalidade no Brasil, seguido de um debate em pequenos grupos sobre as principais barreiras à formalização. Em seguida, cada grupo apresenta suas conclusões, enquanto o professor media a discussão, relacionando as ideias com políticas públicas existentes (como simplificação tributária ou programas de incentivo à formalização). Por fim, promove uma reflexão coletiva sobre os impactos da informalidade, conectando o debate a questões estruturais do desenvolvimento econômico, e encerra com uma síntese escrita individual para consolidar o aprendizado crítico.

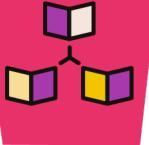


Material complementar: os estudantes devem identificar elementos de precarização do trabalho, como a ausência de direitos trabalhistas, jornadas exaustivas e falta de segurança, dentre outro.

Slides 4 e 5



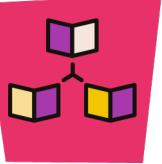
Tempo: 3 minutos.



Dinâmica de condução: destaque a importância do trabalho como mediação entre o ser humano e a natureza, e como meio de acesso à renda. Conecte com o slide anterior para mostrar que o conceito de trabalho é, também, uma construção social e histórica. Destaque que no capitalismo, quem detém os meios de produção tem o poder de decidir as condições de trabalho. Por fim, use exemplos do cotidiano para ilustrar o que significa vender a força de trabalho em troca de salário.



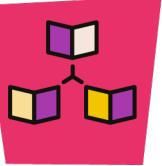
Tempo: 2 minutos.



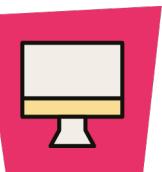
Dinâmica de condução: Professor, este slide é dedicado à diferenciação de termos importantes como "desocupados" (popularmente desempregados, que procuram trabalho ativamente) e "força de trabalho potencial" (pessoas que não estão na força de trabalho, mas possuem potencial para integrar o mercado). Explique aos estudantes a importância dessas definições para compreender as estatísticas de emprego e desemprego, conforme a fonte IBGE citada no material. Material de aprofundamento: Oriente os estudantes a consultar a seção "Explica: Desemprego" no site do IBGE para compreender melhor esses conceitos e dados em www.ibge.gov.br.



Tempo: 2 minutos.



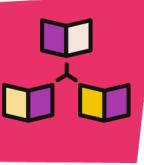
Dinâmica de condução: Professor, aborde a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, durante o governo Getúlio Vargas, destacando-a como um marco que institucionalizou direitos trabalhistas fundamentais. Explique aos estudantes que a CLT garantiu direitos como jornada limitada, salário mínimo, férias, licença-maternidade e previdência, regulamentando e fiscalizando o vínculo formal de trabalho no Brasil.



Material de aprofundamento: "CLT: entenda mais sobre as leis trabalhistas" da Politize! para uma contextualização histórica e social em <https://www.politize.com.br/clt/>



Tempo: 2 minutos.



Dinâmica de condução: Professor, utilize este slide como uma breve pausa para verificar a compreensão dos estudantes sobre os direitos garantidos pela CLT. Apresente a questão de múltipla escolha: "Um exemplo de proteção social garantida pela CLT foi: Participação nos lucros, Licença maternidade, Bolsa alimentação, Vale transporte gratuito". Permita que os estudantes respondam mentalmente antes de revelar a resposta correta, que é "Licença maternidade", reforçando a importância desses direitos.



Expectativas de respostas: os estudantes devem reconhecer que tanto o FGTS quanto a licença maternidade são exemplos clássicos de proteção social previstas na legislação trabalhista brasileira. A atividade serve para reforçar os conteúdos anteriores, consolidando a ideia de que esses direitos não surgiram espontaneamente, mas são fruto de políticas públicas organizadas pelo Estado e conquistas históricas dos trabalhadores.

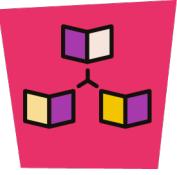


Um exemplo de proteção social garantida pela CLT foi:

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Participação nos lucros | Licença maternidade <input checked="" type="checkbox"/> |
| <input checked="" type="checkbox"/> Bolsa alimentação | Vale transporte gratuito <input checked="" type="checkbox"/> |



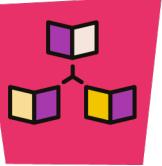
Tempo: 3 minutos.



Dinâmica de condução: explique de forma objetiva que o sistema previdenciário brasileiro é baseado na lógica de repartição, ou seja, quem está trabalhando hoje financia quem já se aposentou. Em seguida, destaque os desafios estruturais apresentados no slide: mudanças demográficas, uso indevido de recursos (DRU) e a reforma de 2019. Para tornar mais próximo, pergunte se os alunos já ouviram, em casa, comentários sobre dificuldade de se aposentar ou sobre as mudanças recentes nas regras da previdência.



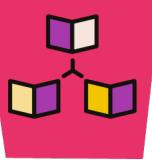
Tempo: 2 minutos.



Dinâmica de condução: comece explicando o funcionamento básico do sistema previdenciário por repartição, destacando os desafios atuais como o envelhecimento da população e a reforma de 2019. Em seguida, conecte com a Constituição de 1988, destacando seu papel na consolidação dos direitos sociais. Mostre que a Constituição ampliou as garantias trabalhistas e tornou mais difícil sua retirada, reforçando o papel do Estado na segurança social. Caso haja tempo, pergunte aos estudantes por que acham que esses direitos passaram a ser protegidos pela Constituição.



Tempo: 8 minutos.



Dinâmica de condução: após apresentar os marcos legais da proteção social e trabalhista no Brasil, proponha a atividade em grupos de até três alunos. Peça que respondam às questões com base nos conceitos já discutidos (CLT, seguridade social, Constituição de 1988). Circule entre os grupos para escutar os debates e oferecer apoio. Nos minutos finais, escolha alguns grupos para compartilharem suas reflexões em voz alta, priorizando a diversidade de respostas.

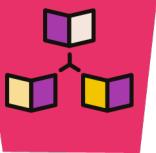


Expectativas de respostas: os estudantes devem reconhecer a CLT como instrumento essencial de proteção do trabalhador frente à desigualdade estrutural nas relações de trabalho. Espera-se que apontem direitos como férias, jornada limitada, licença maternidade/paternidade e previdência como garantias que poderiam estar ameaçadas sem a legislação. As respostas devem refletir a compreensão de que a legislação trabalhista não é apenas uma formalidade, mas uma conquista que estrutura o mundo do trabalho no Brasil.

Slides 15 e 16



Tempo: 8 minutos.



Dinâmica de condução: Professor, explique aos estudantes o conceito de terceirização, onde uma empresa contrata outra para realizar parte do trabalho, e discuta a ampliação dessa prática pela Lei nº 13.429/2017, que permitiu a contratação para qualquer atividade. Apresente os prós (eficiência, redução de custos) e os contras (precarização das condições de trabalho, salários menores e direitos reduzidos para terceirizados), convidando os estudantes a formarem sua opinião sobre o tema.

Aborde a "pejotização", prática em que empresas contratam trabalhadores como pessoa jurídica para evitar o vínculo empregatício e os encargos trabalhistas e previdenciários, conforme o material.

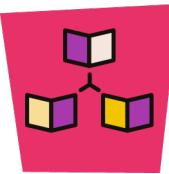
Explique aos estudantes que essa prática pode comprometer a sustentabilidade do sistema previdenciário e a concessão de benefícios, sendo um reflexo do aumento da informalidade após a crise econômica e as reformas trabalhistas, evidenciando uma forma de burlar os direitos da CLT.



Lei nº 13.429/2017
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/lei/l13429.htm



Tempo: 2 minutos.



Dinâmica de condução: use a seção “Pause e responda” como uma checagem rápida de entendimento. Oriente os estudantes a pensarem mentalmente na alternativa correta e, ao seu sinal, expressarem a resposta. Reforce que, na terceirização, a empresa contratada (ou prestadora de serviço) é a responsável direta pelo vínculo com o trabalhador. Comente sobre a responsabilidade subsidiária da empresa contratante em caso de irregularidades.

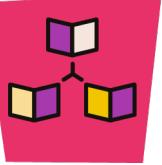


Na terceirização, a responsabilidade direta pelo trabalhador é da:

- | | |
|-----------------------|-----------------------|
| ✗ Empresa contratante | Empresa contratada ✓ |
| ✗ Receita Federal | Justiça do Trabalho ✗ |



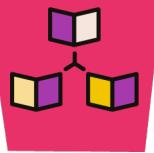
Tempo: 5 minutos.



Dinâmica de condução: apresente os conceitos de forma clara e objetiva, distinguindo o desemprego estrutural, o desalento e a informalidade. Em seguida, destaque como esses fenômenos se conectam com os temas vistos anteriormente (terceirização, pejotização, uberização). Pergunte se o cenário de crise econômica vivido pelo Brasil em 2015 e 2016 facilitou a expansão dessas modalidades de trabalho.



Tempo: 7 minutos.



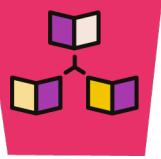
Dinâmica de condução: divida a turma em dois grupos: um que defenda e outro que critique a flexibilização da legislação trabalhista. Dê alguns minutos para que cada grupo organize seus argumentos com base no conteúdo já trabalhado (CLT, terceirização, informalidade, uberização etc.). Oriente os oradores e estabeleça os tempos de fala. Ao final das apresentações, incentive a turma a fazer considerações com base nas anotações feitas durante o debate.



Expectativas de respostas: espera-se que o grupo favorável à flexibilização destaque aspectos como redução de custos, aumento da competitividade e possibilidade de inserção no mercado para populações fora do sistema formal. Já o grupo contrário deve evidenciar os riscos de precarização, perda de direitos e aumento da vulnerabilidade do trabalhador. A atividade busca consolidar os conhecimentos, estimular o pensamento crítico e desenvolver a capacidade argumentativa dos estudantes.



Tempo: 2 minutos.



Dinâmica de condução: utilize este momento para fechar a aula retomando os principais conceitos e discussões feitas, como CLT, flexibilização, terceirização, informalidade, uberização e desemprego. Projete as perguntas e estimule os estudantes a responderem oralmente, priorizando a construção coletiva e o uso de argumentos desenvolvidos ao longo da aula ou do debate anterior. Caso haja tempo, registre em quadro palavras-chave que apareçam com frequência nas falas.



Expectativas de respostas: os estudantes devem ser capazes de identificar impactos como a perda de direitos, aumento da instabilidade e crescimento da informalidade, além da dificuldade de acesso a benefícios sociais. Espera-se, também, que consigam refletir criticamente sobre como a flexibilização pode beneficiar setores empresariais, mas, ao mesmo tempo, comprometer a qualidade de vida dos trabalhadores, principalmente os mais vulneráveis socialmente.

Caderno de exercícios



Para esta aula, é indicado o **exercício 13** do bloco **Economia do Brasil**. Esse exercício pode ser feito em casa, de forma autônoma pelo estudante, ou em sala de aula.

